

5.

Conclusão geral

5.1.

O contexto da Modernidade e da Pós-Modernidade

A Modernidade, enquanto momento histórico, caracteriza-se pela antitradição, pela derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, pela entrada da idade da razão. Mas, muitas combinações do moderno e do tradicional podem ainda ser encontradas nos cenários sociais concretos.

O apelo ao mercado, a concentração do capital e a racionalização dos métodos de produção subordinaram a idéia de sociedade moderna ou mesmo industrial à de economia capitalista. E assim, o império do mercado refletiu na crescente comercialização das relações humanas. O industrialismo se tornou o eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza.

A idéia de progresso é reforçada com a promessa da libertação das “irracionalidades” do mito, da religião, da superstição e com a liberação do uso arbitrário do poder. O progresso da técnica é um elemento essencial da Modernidade, com o desenvolvimento do instrumentalismo. Verificamos, hoje, um verdadeiro culto à técnica e à eficiência. Não existe nenhum setor da vida e da sociedade que não tenha sido tocado pelo saber desenvolvido pela razão técnica.

É preciso considerar que a mudança cultural proporcionada pela Modernidade trouxe uma valorização da subjetividade, da livre escolha pessoal, da liberdade e da consciência dos direitos fundamentais, decisivos para uma autêntica promoção humana. Mas, a Modernidade significou a emergência do sujeito autônomo, que se posiciona ativamente diante do mundo e transforma a natureza e a sociedade a serviço dos seus interesses, movido por uma construção mental que orienta esta transformação. A crescente autonomia humana em todos os setores da vida buscou livrar-se das forças do divino, caindo numa certa auto-suficiência.

Na esfera do Estado, buscou-se a realização da igualdade de direitos, na formação da vontade coletiva, com certo bem-estar econômico e social, por meio da democracia política. No entanto, na esteira da ideologia e da competição individualista e das dinâmicas seletivas do poder econômico e político, a igualdade entre as pessoas ficou perdida em meio à injustiça estrutural no plano dos

indivíduos e dos povos.

Ao abandonar o império da tradição e da superstição para abraçar as luzes do mundo moderno, a humanidade deixou para trás a suposta obscuridade da era medieval. O mundo moderno do trabalho racional é o mundo do consumo, do exercício do poder e acima de tudo, do triunfo da razão. Nela, a razão buscou dominar toda a realidade, dirigindo e animando todo o processo civilizatório ocidental.

Com a Modernidade, surgiu também o desafio da secularização, ou seja, a libertação do ser humano de todas as explicações religiosas, sobrenaturais, míticas e metafísicas do mundo. A secularização não significa a negação total da religião, mas antes o fim dos monopólios religiosos e expulsão da religião do espaço público. O esquema da história da salvação perdeu o seu conteúdo religioso. Ou seja, na concepção da Modernidade, se alguma salvação existe, deve estar no próprio ser humano.

Com o processo histórico, caiu-se num secularismo, exacerbando a tendência legítima da secularização e conduzindo à inaceitável negação e exclusão do religioso e do transcendente e à afirmação exclusiva do imanente. Pois, as ideologias do mundo moderno são contra-religiosas, sendo, muitas vezes, substitutas da religião, sobretudo nas populações jovens e urbanas. A sociedade moderna caracteriza-se por essa ausência de religião. As Igrejas tornam-se “ilhas de religião” no mar da secularização.

A Modernidade não aceita a interferência da religião, o poder das Igrejas no mundo político, público. É intolerável para uma mentalidade moderna a religião regular, tutelar o conjunto das estruturas sociais. A secularização transformou-se no grande desafio do mundo moderno. Mas, o mundo moderno, secularizado, está repleto de ídolos e deuses não divinos, como a ideologia moderna do trabalho, do progresso e do êxito.

A Pós-Modernidade se revela como o esgotamento e superação da Modernidade. Trata-se da busca de uma nova época, que seria libertada dos efeitos perversos da época anterior. No entanto, hoje reinam o pluralismo e o individualismo, o hedonismo do prazer imediato e fácil, o permissivismo comportamental e ético, e o consumismo oferecido pela nova ordem econômica mundial fundada na hegemonia do livre mercado globalizado.

O individualismo que grassa na esfera econômica invadiu a esfera religiosa. O horizonte pragmático do cidadão moderno restringiu-se, passando da consideração abrangente do bem comum de sua sociedade para acentuar de preferência as ambições e necessidades estritamente individuais.

De um lado, cada um se fecha na sua subjetividade, o que conduz no melhor dos casos ao esquecimento do outro, mais amiúde à rejeição do estranho. Hoje, a questão que parece mais urgente não é a da luta contra o despotismo e a violência, da manutenção da tolerância e do reconhecimento do outro. No entanto, dialeticamente, percebe-se também hoje uma busca do respeito e de compreensão das diferenças, por meio dos diversos movimentos sociais (mulheres, gays, negros, ecologistas, etc.).

A razão moderna afirmou a autonomia da liberdade, em busca de uma felicidade individualista. A historicidade é esvaziada com esta busca do viver só no presente e não em função do passado e do futuro, com uma perda do sentido de continuidade histórica. As questões do corpo e da psique ocupam um lugar central na preocupação das pessoas. Tanto na Modernidade quanto na Pós-Modernidade, predomina largamente uma fortíssima orientação para o individualismo que tende a imperar em todos os setores da vida, com fortes doses de subjetivismo e utilitarismo. Além disso, a nova religiosidade é ingênua, narcisista, sem uma vivência do amor, da doação, da abertura para o outro.

Dessa forma, a emergência da Pós-Modernidade suscita para a teologia questões relativas ao seu escopo fundamental: o sentido último da vida, especialmente do ser humano. No campo específico da moral proposta pelo Magistério da Igreja, o quadro tem-se agravado com a moral do “faz de conta”, sinal de divórcio entre a prática vivida por católicos e o ensinamento magisterial. Está aí o decidir por conta própria sem considerar a postura da Igreja, e a indiferença, mais do que a oposição, diante da moral proposta pelo Magistério.

A perspectiva pós-moderna identifica o ser feliz com toda forma de prazer, com a liberação e a satisfação do desejo, com a fuga do sofrimento. A dimensão ética e espiritual da felicidade é subordinada à dimensão sensível e psíquica. Isso leva à passagem da cultura dos direitos do homem à cultura do homem dos direitos, dos quais o mais reivindicado é o do prazer, enquanto fonte e base da felicidade, e substituto do cultivo das virtudes. A ética do sucesso continua

reinando em muitas mentalidades e ações sociais.

Essa crise social também se manifesta na política, através da corrupção, do clientelismo, do autoritarismo, do oportunismo e de tantas outras práticas de abuso de poder e ganância irresponsável.

As ameaças ecológicas resultam do impacto do industrialismo crescente sobre o meio ambiente material. Fazem parte de um novo perfil de risco introduzido pelo advento da Modernidade, característico da vida social de hoje.

O pensamento pós-moderno entende a si mesmo como um processo de libertação do uno, do imutável e do eterno para a diferença, a pluralidade, a mudança e o contingente. Tudo é considerado como produto do tempo e do acaso. Dessa forma, o pensamento das essências cede lugar ao pensamento de uma estratégia inteligente para lidar com a contingência. No clima cultural de Pós-Modernidade, o ritmo das mudanças e o caráter efêmero das contínuas novidades tornaram-se exasperados. Agora, tanto a vida como o mundo tornaram-se perecíveis, mortais, fúteis.

A sociedade de hoje valoriza a liberdade individual e incentiva o indivíduo a buscar os critérios do seu comportamento a partir de si mesmo, da sua razão e liberdade, assumindo uma atitude autônoma e crítica face aos valores tradicionais. Os conceitos morais dos tempos modernos estão adaptados ao reconhecimento da liberdade subjetiva da pessoa humana. Fundam-se, por um lado, no direito do indivíduo de discernir como válido o que ele deve fazer. A vontade subjetiva ganha autonomia em relação às leis universais.

Assistimos hoje a uma forte contribuição de dois fenômenos: o enfraquecimento do sentido do pecado e a força e a influência dos Meios de Comunicação Social na vida das pessoas que ditam novos modos de agir. O fenômeno mais grave, na atualidade, é a a-moralidade, a perda do sentido ético. Ao mesmo tempo, há um descontrole do vício das drogas e da criminalidade, além dos escândalos na política, na economia, no sindicato e na sociedade. Vive-se no relativismo de valores. Há um enfraquecimento da consciência diante do fortalecimento das paixões (desejo e prazer) e do privilégio destas de intencionar o verdadeiro.

Chama-nos a atenção, neste momento histórico, o grande pluralismo de valores, numa proliferação do relativismo, sob a égide do “não existe nada de

absoluto”, do “vale tudo”. Com isso, mergulhamos no campo do efêmero, do instável, do banal, do “viver cada instante”, do “viver o aqui e agora” à margem de toda moral.

5.2.

A consciência moral, em Bernhard Häring

Na perspectiva da moral manualística, a consciência é um juízo de liceidade ou iliceidade dos atos individuais, descuidando-se do fato de que a consciência moral reflete a complexidade da pessoa em diálogo com o mundo e com Deus. Nela, a moral é desligada da dogmática, sobretudo da espiritualidade. No entanto, dentro da própria casuística encontramos exceções de destaque como Santo Alfonso (1696-1787) que, por razões pastorais, é sensível, sobretudo a uma moral que leva em conta o primado da liberdade na pessoa humana. A sua teologia moral é um exemplo claro da teologia da graça, que é o distintivo característico da vida e obra alfonsiana: o amor de Deus é superabundante, próximo e operante. O sistema manualístico de Santo Alfonso ressalta o chamado radical do Evangelho à santidade com o chamado de Deus nos sinais dos tempos.

Também no sentido de uma renovação histórica, há que se considerar a importância da Escola de Tübingen, que representou uma séria tentativa de reformular a teologia moral de maneira coerente. Do ponto de vista dos livros de moral, vários teólogos moralistas, seguiram o exemplo desta Escola, buscaram estruturar uma teologia moral mais positiva da vida cristã e não apenas uma moral de confessionário, para ver como deve agir o cristão a fim de ser fiel à graça e ao compromisso de seu batismo. A renovação do pensamento católico alemão apresentado pela Escola de Tübingen vai influenciar decisivamente nas obras de Bernhard Häring.

Além disso, a abertura ao mundo moderno em todas as direções caracterizou o trabalho do Concílio Vaticano II, ao tratar de temas como liberdade de consciência, ecumenismo, diálogo inter-religioso, atenção às ciências e à dimensão política, etc. Reconhece-se facilmente, nos documentos conciliares, a influência dos grandes movimentos de renovação que surgiram anteriormente: movimentos de renovação bíblica, litúrgica e patrística, voltados, sobretudo para o apostolado

leigo. Häring foi um dos personagens-chave do Concílio e de seu desenvolvimento teológico posterior. O seu nome ficará definitivamente associado à renovação da teologia moral segundo o espírito do Vaticano II.

Um dos elementos característicos da *Gaudium et spes* é a leitura da história humana através do uso do termo “pastoral”, pois o Concílio quis enfrentar os problemas do mundo que interpelam a vida contemporânea. No n. 16 da *Gaudium et spes*, o Concílio Vaticano II trata especificamente da consciência moral. Este parágrafo concernente à “dignidade da consciência moral” se insere organicamente na síntese antropológica do primeiro capítulo da primeira parte da Constituição. Na primeira parte, a consciência é vista como a transcendência da pessoa humana, na sua interioridade, onde se verifica o encontro pessoal com Deus. A segunda parte da citação descreve o nível de juízo da consciência, ou seja, da capacidade cognoscitiva, avaliativa e decisional direcionado para o “agir moral” verdadeiro e bom.

Tanto na *Gaudium et spes* quanto em outros documentos conciliares é dado um amplo espaço à centralidade da consciência moral e à sua dinâmica experiencial. As categorias utilizadas são: o encontro pessoal, as relações íntimas com Deus e a descoberta progressiva da lei divina inscrita no coração humano. Sobretudo pelo tema da consciência moral, amplamente descrita no n. 16, o Concílio é considerado pelos historiadores da teologia moral um verdadeiro ponto de não retorno.

Para a história da teologia moral, uma importância decisiva reveste a colaboração oferecida por Häring no decorrer da redação definitiva do decreto sobre formação sacerdotal *Optatam totius*. Concretamente, a ele se deve a redação do n. 16 deste documento, no qual se manifesta abertamente a escolha do Concílio em favor da renovação da teologia moral.

A pastoralidade é um traço característico tanto da moral de Santo Alfonso como da moral de Häring. Trata-se de uma mudança de ênfase e de perspectiva, particularmente, da lei ao Evangelho. Por isso, Häring é considerado um dos maiores inspiradores e líderes do período da renovação da Teologia Moral na Igreja Católica.

O cristocentrismo é o princípio teológico da Moral Renovada, fundada sobre as implicações éticas do evento Cristo. O Filho é o lugar de encontro do chamado

de Deus e da resposta humana. Vivendo desse Espírito, participamos plenamente da vida do Salvador e da sua missão libertadora. Por outro lado, o personalismo é o princípio antropológico da Moral Renovada.

Para Häring, a moral cristã não culmina no antropocentrismo, nem no teocentrismo estranho ao mundo e sim na união sobrenatural do homem com Deus, no diálogo, na “responsabilidade”. A perspectiva básica da teologia moral de Häring está na integração da atitude religiosa e da atitude ética na existência cristã. Neste sentido, a linha principal da teologia moral de Häring é sempre cristocêntrica, eclesial e sacramental. Häring desenvolve a sua reflexão moral baseada na existência concreta da pessoa humana, na responsabilidade e no amor. Trata-se da atitude do cristão frente à sua existência no mundo e frente às estruturas e instituições.

A Lei de Cristo é considerado um divisor de águas, um manual de nova concepção que recolhe e funde juntas, velhas e novas instâncias, sendo da primeira fase do pensamento de Häring. Mesmo ainda preso aos esquemas tradicionais, o autor opta seguramente por uma vocação cristã concebida como resposta concreta da pessoa humana ao apelo de Deus em Cristo Jesus. A moral não é nada mais que a resposta humana ao chamado de Deus e à Lei de Cristo, ou seja, uma moral da responsabilidade em Cristo. A lei de Cristo é lei da graça que infunde e condiciona a vida e o comportamento do fiel.

Para Häring, o problema fundamental da Moral cristã é sempre o mesmo: “Como poderemos corresponder ao imenso amor que Deus nos demonstrou em Jesus Cristo?” A única resposta adequada da parte da pessoa humana é um amor adorador e obediente, uma adoração amorosa. Ou seja, na Moral de Bernhard Häring, fé e vida sempre se encontram e se complementam. Sua Teologia Moral tem muito de existencial. Superando uma Moral dos atos humanos, centrada no objeto, Häring prefere centrar-se na pessoa, na complexa realidade do ser humano.

Cristo nos chama e escutamos o seu chamado não pela lei exterior (legalismo), mas no interior da consciência (personalismo). Neste contexto cristológico-dialogal, o tema do pecado se apresenta não tanto como a fria transgressão da lei, mas como a negação ou a debilidade na resposta-seguimento responsável a Cristo. A conversão, tema novo com relação aos manuais anteriores,

realiza de modo positivo a recuperação da graça no contexto do dinamismo da vida cristã com suas vicissitudes de infidelidade e recuperação.

O eixo central da obra *A lei de Cristo*, de Bernhard Häring, é o seguimento de Jesus Cristo. Häring parte do mistério da salvação, que se resume na palavra central da Bíblia: *basiléia* – o “Reino do amor de Deus”. A liberdade cristã, particularmente como descrita pelo Apóstolo dos Gentios, é a chave de leitura bíblica da Teologia Moral de Häring. Neste sentido, o manual *A lei de Cristo* foi escrito, buscando valorizar o dom do discernimento e a leitura dos sinais dos tempos, com uma Moral que deve ser expressa nas atitudes do dia-a-dia.

A Lei de Cristo foi o primeiro manual completo de Teologia Moral que propôs responder tanto à “insatisfação” produzida pela moral casuística, como às aspirações de renovação. Ao converter-se em texto-base de Teologia Moral, foi um fator decisivo de mudança da mentalidade católica no campo da Moral. À luz do esquema de chamado-resposta, as realidades básicas da vida moral cristã (responsabilidade, consciência, pecado, conversão) trazem uma dimensão nova, que estava ausente na moral casuística. O autor, Häring, e a obra são símbolos da Moral Renovada. Pois, significam uma mudança de orientação na Teologia Moral antes, inclusive, do Concílio.

Em *Livres e fiéis em Cristo*, a Teologia Moral de Häring acentua mais o enfoque na pessoa humana que responde do seu coração, numa liberdade criativa e numa fidelidade ao chamado de Deus. Fica definitivamente superada uma visão da Moral baseada na exterioridade dos atos, para adentrar-se numa antropologia de pretensão mais integrada e integral da pessoa humana.

A liberdade na qual pensa Häring é vinculada à fidelidade. A uma obediência cega às normas, Bernhard Häring contrapõe uma moral da consciência livre e fiel. É uma liberdade fiel a Cristo, que é a liberdade encarnada e nosso libertador. A minha liberdade demonstra ser um dom de Cristo somente quando se torna fiel à lei da vida: a vida em Cristo; quando é fiel à herança do passado; quando é fiel à sua responsabilidade pelo momento presente de salvação, ou seja, pelos sinais dos tempos; quando é fiel à aspiração de todas as pessoas para a mesma liberdade. Antes de tudo, a liberdade é um dom de Deus e a obra de Cristo consiste na libertação total da pessoa humana.

A liberdade nasce então e se realiza no interior do amor entre Deus e o ser humano. A fé é um “sim” livre do ser humano a Deus. Somente podemos viver em paz quando respondemos a este chamado: a lei do amor de Deus e do próximo que é inscrita no coração humano. À luz da relação concreta entre Deus e a pessoa humana, a responsabilidade é pressuposta como característica fundamental e inseparável, como resposta ao chamado de Deus. Portanto, a fidelidade responsável é a resposta justa.

A opção fundamental brota do núcleo da pessoa e orienta basicamente todas as suas decisões. Frente ao reducionismo da moral de atos, em *Livres e fiéis em Cristo*, Håring oferece a alternativa da moral de opção fundamental. A pessoa humana está na profunda dependência de Deus, como criatura, e é chamada a dar uma resposta a Deus, por meio da orientação básica da sua vida que envolve toda a liberdade individual.

No mundo, se verificam duas linhas de responsabilidade humana: solidariedade de perdição num mundo decaído ou solidariedade da salvação em Cristo, Deus feito homem e, como tal, parte do mundo. O mistério de Cristo revela a ambigüidade do mundo através do mistério da cruz. Håring fundamenta a moral do cristão por meio da vivência como discípulo de Jesus. Cristo é palavra, verdade e amor encarnados. Na redenção é reconhecida a própria origem do amor de Deus. A pessoa humana livremente corresponde a Deus no seu amor. Sucessivamente, Håring, tratando do amor, fala do serviço, um primado do amor para com o próximo.

Quanto à eclesiologia, Håring aceita a estrutura da hierarquia da Igreja, mas insiste numa igreja como Povo de Deus, uma *koinonia* dos seguidores de Jesus, pela força do Espírito. A Igreja, em sua vida e prática, deve ser um sinal do mundo da liberdade. A Igreja mesma é chamada a ser o grande sacramento de conversão. Ela é o sinal e o instrumento desta progressiva inserção da humanidade na vida trinitária.

Também em *Livres e fiéis em Cristo*, Håring propõe uma teoria holística da consciência como oposição às noções incompletas que vêem a consciência como uma faculdade particular do intelecto ou vontade, ou tendências reducionistas que vêem a consciência do ponto de vista de fatores sociológicos e/ou psicológicos. Na

totalidade e na abertura da nossa consciência nós somos um sinal real da força do Espírito que renova o nosso coração e, através de nós, toda a terra.

Uma consciência autenticamente cristã é assinalada pela liberdade criativa e fidelidade que brota da fé em Cristo. Uma consciência cristã madura não considerará a fé como um catálogo de coisas e fórmulas. Pois, a fé como relação íntima com Cristo desperta em nós o desejo ardente de conhecê-Lo.

A nova situação da sociedade pluralista, e por vezes confusa, faz da virtude da crítica um imperativo. Todos os que não estão dispostos a cooperar na corporificação da liberdade, da fidelidade, da bondade e da não-violência no mundo que os cerca, não buscam viver o espírito de Deus. Segundo Håring, a nossa consciência é um grito, uma aspiração à integridade pessoal e, portanto, à nossa salvação.

5.3.

Pistas de ação

A proposta da Parte III da Tese é de, a partir das reflexões em relação à consciência moral feitas por Bernhard Håring, apresentar algumas considerações no tocante a este tema, tendo em vista os desafios suscitados pela Modernidade/Pós-Modernidade.

Hoje, o tema da consciência moral está na ordem do dia. A afirmação dos direitos da consciência individual, da sua liberdade fundamental, frente a todos os despotismos e a todas as opressões, é um elemento essencial do nosso moderno patrimônio cultural.

No entanto, o exame do vocábulo “consciência moral” mostra-nos hoje uma pluridimensionalidade de conceitos, com planos diferentes de uma mesma realidade. Muitas vezes, ela é identificada com o superego freudiano, com todo um conjunto de doutrinas e normas em relação ao lícito e ilícito, os modelos de comportamento a praticar ou a evitar, recebidos desde a infância de qualquer autoridade externa e introjetado no sujeito de modo ainda pré-pessoal. Para outros, a consciência moral está relacionada exclusivamente ao juízo, tendo em vista o moralmente bom e reto em si, a qualidade moral da própria atitude e do comportamento.

Percebemos, assim, que o fenômeno da consciência moral é algo muito complexo. Além disso, frente aos desafios do mundo atual, a consciência moral tornou-se uma realidade extremamente dinâmica. Por outro lado, vale a pena ressaltar que não existe uma consciência moral definitiva, em nenhuma idade.

Muitas vezes, vivemos o fenômeno da consciência moral como um eco da sociedade. A força cultural da humanidade condiciona a nossa consciência. Não somos nada mais que um eco desta consciência cultural, pois, a consciência individual nasce dentro dessa consciência coletiva. Ela se alimenta e se desenvolve a partir da consciência social.

Na visão do personalismo cristão, a consciência não é uma simples parte ou uma particular função da pessoa humana, mas, no fundo, a própria pessoa. Conseqüentemente, cada visão isolada, que a separa da totalidade humana, torna-se somente um fragmento ou, senão, uma falsificação dos problemas e das suas soluções. É preciso considerar a pessoa integral como o sujeito da vida moral e ver esse sujeito inserido nas coordenadas do tempo, espaço, grupo, sexo e caráter.

Falar de consciência significa falar da pessoa humana na sua totalidade e intimidade consigo mesma e, neste sentido, é sempre um mistério. Pois, a consciência humana enquanto expressão da totalidade da pessoa é uma realidade complexa, na qual convergem, numa relação complementar e dialética, os diversos aspectos ou momentos da experiência pessoal.

Tendo em vista este novo paradigma personalista, vale a pena destacar as conquistas mais fundamentais da teologia da consciência moral em *Gaudium et spes* n.16, ou seja, a existência da consciência categorial: “faz isso, evita aquilo” e a existência da superior consciência transcendental como profunda interioridade onde o humano se encontra a sós com Deus, numa tensão de amor, que se estende de Deus para o próximo.

A realidade da consciência cristã é histórica pelo fato de que se refere a um sujeito que na história é chamado a conhecer e realizar a sua identidade cristã. É a pessoa concreta, enquanto ela se encontra conscientemente diante da sua decisão fundamental de agir e de responder ao chamado de Deus.

Como afirma o Concílio, a consciência é o núcleo mais secreto da pessoa humana. Nenhuma autoridade pode introduzir na consciência alheia e profanar esse sacrário da intimidade pessoal. Da consciência recebe a pessoa a sua dignidade,

enquanto a abre ao diálogo com Deus. Podemos afirmar que a consciência tem em vista a autêntica realização do eu individual, numa realidade concreta. Por meio dela, a pessoa é conhecedora de si como ser ético, como realidade chamada a uma auto-realização na atuação do bem.

Hoje, mais do que nunca, a educação da consciência moral exige a superação das armadilhas do individualismo moderno, visando uma ética da solidariedade e o reconhecimento da dignidade de cada pessoa humana. Neste sentido, a formação da consciência moral deve preocupar-se com a busca da profundidade da vida, em todos os seus aspectos. Daí, o papel da Igreja como insubstituível educadora, buscando a plenitude da realização humana. Pois, é inegável que a vida de fé tem um forte impacto na maturação da consciência.

No entanto, a educação é um processo delicado. Neste sentido, a formação se realiza através da dinâmica da comunhão fraterna (*koinonía*), da presença testemunhante de pessoas creíveis (*martyria*) e do serviço humilde ao outro (*diakonía*).

A profundidade e complexidade da consciência e o papel que a compete em toda a vida moral fazem facilmente intuir a necessidade de uma correta formação. Hoje, mais do que em qualquer outro tempo, é preciso a educação da vontade. É preciso também considerar a presença da graça, com a respectiva resposta do esforço humano.

O único caminho que nos resta é o da educação com liberdade e responsabilidade, lembrando que “a educação da consciência é uma tarefa de toda a vida” (cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 1784). No entanto, a educação fundamental da consciência cristã não é uma educação para um aperfeiçoamento moral, mas para a responsabilidade diante do compromisso de colaboradores da história da salvação.

Ou seja, a educação cristã da consciência é, antes de tudo, uma educação para a docilidade ao Espírito e para a vivência do amor, no cultivo das virtudes (Cf. Catecismo da Igreja Católica, 1803-1829). Trata-se de uma educação para atitudes firmes e estáveis na procura do bem, mais do que procura escrupulosa de determinar regras e preceitos para todo e qualquer caso.

Na formação da nossa consciência moral, temos diversas autoridades consideradas fundamentais: genitores, educadores, catequistas, bons testemunhos.

A autoridade do Magistério eclesiástico se insere neste contexto. Tem, todavia uma responsabilidade específica: o compromisso de recordar ao conjunto da comunidade de fé as exigências da fidelidade a Cristo.

“Vós sois chamados para a liberdade” (Cf. Gal 5,13). Esta afirmação de Paulo é o manifesto da educação no discernimento moral cristão. Mas, hoje existe a ilusão da liberdade absoluta, da auto-suficiência que nos faz fechar os olhos frente aos nossos próprios limites. As formas negativas de liberdade confundem liberdade com permissividade. Ao mesmo tempo, como a nossa liberdade é uma liberdade encarnada, é profundamente condicionada. O cristão deve ser visto sempre inserido na realidade do seu “entorno social”, em sua dimensão histórico-temporal.

A comunidade cristã deve testemunhar de maneira clara e significativa a centralidade e a fundamentação da Palavra de Deus em todo o caminho de discernimento moral. É uma palavra viva, que chega à consciência não somente através da Sagrada Escritura, mas também através da vida da comunidade, em todas as suas expressões. Por outro lado, a comunidade cristã é chamada a prestar particular atenção à voz dos pobres e dos últimos da sociedade. A consciência não poderá nunca individuar efetivamente o bem se no caminho do discernimento não dá espaço à escuta atenta das esperanças, necessidades e denúncias dos últimos e dos pobres.

A pessoa humana é sujeito de si: da sua própria vida, das suas decisões, das suas próprias ações. Este é um dado decisivo da dignidade humana. O agir consiste no escolher e decidir-se. A partir da opção fundamental, as escolhas particulares, que constituem a trama da vida cotidiana, recebem o seu sentido. Pode acontecer, no entanto, que uma decisão particular a contradiga, como pessoa.

Toda decisão ética particular é fruto da resposta à pergunta: “O que devo fazer nesta situação concreta?” Pois, decisão ética só tem sentido quando é “responsável”, quando constitui “resposta” do eu às exigências de sua própria realização. Expressa-se a decisão moral prevalentemente mediante opções e atitudes. Ou seja, ela se instala preferentemente na opção fundamental da pessoa, que orienta todo o dinamismo moral humano.

Cada ser humano no seu agir cumpre uma série inumerável de escolhas, também se não todos os momentos do agir são frutos de escolhas. É, acima de

tudo, uma primeira decisão da razão, mas de uma razão não unicamente discursiva, porque atenta à experiência. Sem cair no racionalismo moral que faz depender a qualidade moral de um ato da quantidade de racionalidade que se põe, deve ser pacífico que nenhuma decisão pode pretender ser reta senão como resultado de uma reflexão.

A experiência de uma comunidade de fé, as celebrações litúrgicas, os ensinamentos do Magistério, a vivência do testemunho, tudo isso contribui para uma boa formação pessoal da consciência e também ajuda no julgamento das decisões. A decisão última da consciência cristã é sempre da própria pessoa, mas que se percebe nesta dinâmica de discípula de Jesus, numa relação de irmãos e irmãs.

A verdadeira liberdade, porém é um sinal eminente da imagem de Deus na pessoa humana. Daí torna-se preciso avaliar o quanto possível as previsíveis conseqüências dos nossos atos. No confronto entre proposta de Deus e resposta humana surge a responsabilidade. Nesta dinâmica, a pessoa humana é responsável pelos próprios atos e é custódio do seu irmão.

Também a reciprocidade das consciências é um conceito chave da antropologia humanista e personalista. É através deste encontro que se aflora o conhecimento pessoal de si mesmo. Somente em comunhão, o ser humano pode abrir os seus olhos da razão na busca da verdade e desenvolver a sua faculdade de comunicação verbal e vital. Na fidelidade da consciência, os cristãos se unem, uns aos outros, para buscar a verdade e para resolver os diversos problemas morais, que surgem tanto na vida individual quanto social.

A princípio, porque não podemos nunca saber tudo sozinho, devemos entregar-nos à ajuda do conhecimento e da competência dos outros. Essencialmente, na maior parte dos casos, buscamos a verdade, confiando na veracidade dos outros. Ao mesmo tempo, o respeito pela consciência do próximo é condição *sine qua non* ao respeito pela própria consciência. Não existe uma sadia e verdadeira consciência do meu “eu” autêntico, fora da essencial relação com os outros.

Decisivo é também a escuta do Magistério da Igreja, feita com sinceridade, em razão da missão particular a ele confiada. Na reciprocidade das consciências nos distanciamos do cego arbítrio. O poder do testemunho é aquilo que mais

influencia na nossa formação. Portanto, para um amadurecimento e uma boa formação do caráter, não precisamos simplesmente prestar atenção nas regras de uma instrução moral explícita, mas também nas comunidades de vida que nos influenciam. Nas imagens e crenças que estas comunidades reforçam.

A pessoa humana, para que comporte sabedoria, habilidade e competência é preciso um aprendizado trabalhoso. Não podemos alegar que somos virtuosos, de termos um forte caráter moral, ou de dar direção às nossas próprias vidas se nós agimos simplesmente com base naquilo que nos dizem fazer. A maturidade se dá por meio da conquista da liberdade no dia-a-dia.

A teologia moral insistiu, durante os últimos anos, em destacar a importância da categoria “opção fundamental” na estrutura antropológica do dinamismo moral. A opção fundamental, como orientação, expressa plenamente a responsabilidade e a capacidade de fazer da própria vida uma resposta de amor a Deus. A situação em que a pessoa se encontra face ao projeto de Deus, através da opção e orientação fundamental, é o espaço ou o âmbito da graça. A opção fundamental é a expressão primária da vida moral cristã. O fiel faz esta opção por Cristo por meio da fé (Cf. Gal 2,16), que se torna operativa somente através da práxis do amor (Cf. Gal 5,13) sob a guia do Espírito Santo (Cf. Gal 5,25).

Como decisão fundamental do cristão, a opção fundamental só pode ser “orientação radical” para Deus. Caracteriza-se a vida da pessoa por ser vida “escolhida” e “vocacionada”. Por essa decisão fundamental é que os atos da pessoa ganham sentido. Sendo assim, pode-se condensar o alcance antropológico da opção fundamental dizendo que ela representa a orientação e direção de toda a vida rumo ao fim. A noção antropológica de opção fundamental vincula-se ao sentido mais profundo da liberdade humana.

Por outro lado, ler os “sinais dos tempos” significa entrar em contato com a problemática da historicidade do ser humano, assumir os valores das realidades terrestres, para possibilitar um autêntico diálogo entre a religião e o mundo. O tempo lhe oferece “sinais” da expectativa atual do Messias, sinais da coerência do Evangelho com a esperança do mundo.

A realização do Reino está necessariamente relacionada com a luta contra a injustiça. Por isso, a Igreja precisa marcar sua presença e atuação profética de acordo com opções evangélicas dentro dessa situação de gritante injustiça social,

oferecendo seu serviço e sua efetiva participação na transformação da sociedade pelo bem dos empobrecidos e excluídos.

A pobreza é um fator desumanizador, tanto do indivíduo como da família e do grupo social. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca a Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem.

Além das injustiças, a crise ecológica aponta para a decadência do atual paradigma de intervenção no meio ambiente e de convivência entre os seres humanos e destes com a natureza. Trata-se de uma crise de civilização, de valores e das relações humanas entre as pessoas, os povos, e das relações entre estes com a natureza. Ela não diz respeito apenas às várias formas de poluição, nem mostra apenas o fracasso das relações seres humanos - criação, mas o fracasso dos sistemas econômicos, políticos e sociais vigentes.

O domínio depredador, abusivo, meramente instrumentalizador do mundo, não constitui uma administração responsável. O progresso de tipo mecanicista e tecnocrático ameaça a sobrevivência mesma da espécie humana. Se quisermos frear a destruição da natureza, teremos que modificar as relações econômicas e sociais da sociedade humana.

Nada vive isolado na natureza. Um ser depende do outro para sobreviver. Para o conjunto de vida do planeta, não existem seres mais ou menos importantes. Se nós somos seres-no-mundo, integrados na realidade global que nos rodeia, a deterioração do entorno natural afeta gravemente a nossa estrutura pessoal.

Hoje, em nossa cultura, há uma ideologia na qual a natureza é concebida como ilimitada provedora de recursos, sempre a serviço dos seres humanos, sem direito próprio. Mas, nós não somos donos da natureza, somos parte dela e, portanto, co-responsáveis pela manutenção do equilíbrio ecológico. Para isso, é preciso uma revolução cultural da consciência.

Na cultura moderno-contemporânea, há uma centralidade do indivíduo, considerada como sujeito de direitos, decisões e ações. Há, pois, uma ênfase sobre a formação da consciência individual e a responsabilidade pessoal. Mas, o contraste entre atitudes e interesses individuais pode levar à competitividade, à falta de solidariedade, no contexto da “ideologia do individualismo”. O

agravamento da pobreza, da degradação do ambiente e do desemprego estrutural, demanda um novo pacto ético da humanidade, sem o qual o futuro pode ser ameaçador para todos.

A evangelização confere ao fiel uma nova e mais profunda consciência de si, da própria identidade e da vocação centradas em Cristo. Daí, a necessidade de uma nova evangelização, com o objetivo de se alcançar uma maior maturidade das consciências cristãs, tornando os conteúdos do Evangelho mais eficazes. Pois, o compromisso dos cristãos encontra a sua forma real no fazer o que Jesus fez. Isto requer um engajamento lúcido a favor da vida, fazendo da opção pelos pobres ao mesmo tempo seu desafio primordial e a condição de sua conversão.

Na revelação cristã, Jesus Cristo é a expressão concreta de Deus Pai, no seu amor para com a humanidade. A pessoa humana é capaz de dialogar com Deus porque criada à Sua imagem e semelhança é aberta à comunicação de Deus e, ao mesmo tempo, tem a capacidade de responder, por meio dos dons do Espírito Santo. Superando as limitações da heteronomia e da autonomia, a ética do seguimento se concretiza positivamente na “obediência amorosa” e no “amor obediente”. Portanto, a ética cristã é uma ética mística, que se concretiza por meio da fé.

A consciência cristã está de frente ao Deus vivo, ao Deus que continua a operar no mundo, na Igreja e no nosso coração. O Deus que nos chama na originalidade irrepitível de cada um, a experimentar da sua plenitude e do seu amor, por meio do Mistério Pascal. A santidade da Igreja consiste na vontade de viver como povo de Deus nesta contínua peregrinação.

A atitude cristã é necessariamente empenho perseverante pela transformação da sociedade rumo à realização dos autênticos valores humanos e invocação constante – como na oração de Jesus – da vinda do Reino. Portanto, a realização do reino de Deus constitui o princípio e a meta da opção do cristão.

O anúncio da proximidade do Reino, ponto central do *kerigma* de Jesus, proporciona a moldura totalizante e a orientação decisiva do comportamento moral. A moral cristã parte do princípio do Reino de Deus. Uma proposta ética cristã para o século XXI deve ser ao mesmo tempo, defensora da autonomia da subjetividade humana e da objetividade dos valores evangélicos.

Jesus Cristo não fez outra coisa que revelar o humano ao próprio ser humano, desvelando o sentido mais profundo da nossa existência. Neste sentido, a lei nova, que constitui a estrutura normativa do cristão, é a transformação da pessoa humana em “outro Cristo”, pela presença do Espírito. Portanto, a moral cristã resume-se na atualização do seguimento de Jesus.